



Estratégia
OAB

13° SIMULADO

OAB

PROVA OBJETIVA

Informações gerais

- Essa prova é focada na 1ª fase do XXXII Exame de Ordem da OAB;
- As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca do exame, a FGV;
- 5 horas é o tempo disponível para a realização da prova, tente realizar este simulado respeitando este limite de tempo conforme ocorrerá no dia de seu exame.
- Esse simulado não é uma das rodadas de correção de peças e questões individualizadas, que serão disponibilizadas futuramente somente aos alunos que efetuaram a compra do nosso curso.
- Esse simulado é uma autoavaliação! Você mesmo (a) vai corrigir, a partir da correção ao vivo no canal do YouTube do Estratégia OAB, que começa às 14h.

Preencha o gabarito: <http://bit.ly/Simulado-OAB-26-09>

Siga as nossas Redes Sociais

Estratégia OAB no [YouTube](#)
[instagram.com/estratégia OAB](https://www.instagram.com/estrategia_oab)



ATENÇÃO!

Esse caderno de prova é disponibilizado de maneira gratuita, para que os candidatos à 1ª Fase do XXXII Exame possam praticar. Por isso, é importante para nós, que você dê o máximo de publicidade a esse simulado. Envie para os seus amigos, mande em listas de e-mails, *WhatsApp*, etc. Assim, mais gente tem acesso a ele! =) O objetivo é difundir esse simulado ao máximo!

O fato de o simulado ser gratuito não significa que ele não seja protegido pela Lei de Direitos Autorais. A cópia ou distribuição não autorizada, sujeita o infrator às sanções previstas nos arts. 101 e ss. da Lei 9.610/1998.

CÓDIGO DE ÉTICA E ESTATUTO DA OAB

Roserval Júnior

Questão 1

Carlos Roberto, conhecido como Bebeto, é advogado e foi preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia. Com base no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), é correto afirmar que:

- a) Bebeto não poderia ser preso por motivo ligado ao exercício da advocacia, em razão da imunidade profissional assegurada ao advogado.
- b) Bebeto, por ter sido preso em flagrante, por motivo ligado ao exercício da advocacia, tem direito a presença de representante da OAB para lavratura do auto respectivo.
- c) A prisão de Bebeto foi acertada, uma vez que o advogado somente poderá ser preso por motivo de exercício da profissão se houver flagrante delito.
- d) Bebeto não poderia ser preso antes de sentença transitada em julgado.

Questão 2

A respeito do advogado e da relação de emprego, julgue os itens a seguir com base no disposto no Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e marque a alternativa correta.

- a) A relação de emprego, na qualidade de advogado, não retira a isenção técnica nem reduz a independência profissional inerentes à advocacia, mas o advogado empregado tem obrigação de prestar serviços profissionais ao seu empregador, ainda que sejam de interesse pessoal deste e fora da relação de emprego.
- b) Nas causas em que for parte o empregador, os honorários de sucumbência são devidos ao empregador e não ao advogado empregado.
- c) A jornada de trabalho do advogado empregado, no exercício da profissão, não poderá exceder a duração diária de seis horas contínuas e a de trinta horas semanais, salvo acordo ou convenção coletiva.
- d) O salário mínimo profissional do advogado deverá ser fixado em sentença normativa, mas ajustes diferentes podem ser efetuados por meio de acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Questão 3

Tendo como referência o Estatuto da Advocacia e da Ordem dos Advogados do Brasil (EAOAB), é correto afirmar que são impedidos de exercer a advocacia:

- a) os membros do Poder Legislativo, em seus diferentes níveis, contra ou a favor das pessoas jurídicas de direito público, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações públicas, entidades paraestatais ou empresas concessionárias ou permissionárias de serviço público. Será considerado caso de incompatibilidade, se o membro do Legislativo for também membro da Mesa, como por exemplo, o Presidente da Casa Legislativa.
- b) Os servidores da administração direta, indireta e fundacional, contra a Fazenda Pública que os remunere, inclusive os docentes de cursos jurídicos.
- c) Militares de qualquer natureza, na ativa.
- d) Ocupantes de funções de direção e gerência em instituições financeiras, exceto privadas.

Questão 4

A respeito das relações do advogado com o cliente e o disposto no Código de Ética e Disciplina da OAB, julgue as assertivas e assinale a correta.

- a) A conclusão ou desistência da causa, tenha havido, ou não, extinção do mandato, obriga o advogado a devolver ao cliente bens, valores e documentos que lhe hajam sido confiados e ainda estejam em seu poder, incluindo honorários pagos pelos serviços até então prestados.
- b) O advogado não deve deixar ao abandono ou ao desamparo as causas sob seu patrocínio, ainda que diante de dificuldades insuperáveis ou inércia do cliente quanto a providências que lhe tenham sido solicitadas.
- c) O mandato presume-se cumprido e extinto após conclusão da causa ou arquivamento do processo.
- d) A revogação do mandato judicial por vontade do cliente o desobriga do pagamento das verbas honorárias contratadas.

Questão 5

Fábio do Gueto, advogado, foi condenado criminalmente, tendo como partícipe em sua conduta, o seu primo, Roberval, também advogado, conforme detalhado em sentença já transitada em julgado. Ainda, em sede de processo disciplinar perante a OAB sofreu punições, em razão dos mesmos atos que o levaram à condenação criminal.

No entanto, após três anos de sua condenação criminal e disciplinar, Fábio solicita a sua reabilitação disciplinar.

Diante do exposto, e tendo por base que a sanção disciplinar resultou da prática de crime, é correto afirmar que

- a) O requerimento de reabilitação independe de provas efetivas de bom comportamento.
- b) A reabilitação administrativa independe da criminal.

- c) O pedido de reabilitação depende da correspondente reabilitação criminal.
- d) Ambas as reabilitações independem e podem tramitar paralelamente.

Questão 6

No que tange às eleições e mandatos de membros dos órgãos da OAB, assinale a alternativa correta:

- a) O mandato em qualquer órgão da OAB é de três anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- b) O mandato em qualquer órgão da OAB é de dois anos, iniciando-se em primeiro de março do ano seguinte ao da eleição, salvo o Conselho Federal.
- c) O candidato deve comprovar situação regular perante a OAB, e exercer efetivamente a profissão há mais de 5 (cinco) anos, nas eleições para os cargos de Conselheiro Seccional.
- d) O candidato deve comprovar situação regular perante a OAB, e exercer efetivamente a profissão há mais de 2 (dois) anos, nas eleições para os cargos de Conselheiro Seccional.

Questão 7

A advogada Cassilda foi apenada com censura e multa, em razão de processo disciplinar instaurado perante a OAB. Nesta situação, a pena pecuniária aplicada à advogada infratora

- a) deverá ser repassada para o cliente que o representou.
- b) deverá ser recolhida em favor do Conselho Federal.
- c) deverá ser recolhida em favor do Conselho Seccional.
- d) Deverá ser repassada a Caixa de Assistência dos Advogados.

Questão 8

Griselda é uma advogada renomada no meio jurídico e desejando colaborar para o aperfeiçoamento da advocacia, optou por candidatar-se a Conselheira Federal.

Desta forma, observadas as regras do Estatuto da OAB, assinale a afirmativa correta.

- a) A eleição de Conselheiro Federal da OAB é indireta e secreta.
- b) O cargo de conselheiro ou de membro de diretoria de órgão da OAB é de exercício gratuito e obrigatório, considerado serviço público relevante, inclusive para fins de disponibilidade e aposentadoria.
- c) Extingue-se o mandato automaticamente o titular faltar, sem motivo justificado, a duas reuniões ordinárias consecutivas de cada órgão deliberativo do conselho.
- d) O mandato em qualquer órgão da OAB é de três anos, iniciando-se em primeiro de janeiro do ano seguinte ao da eleição

FILOSOFIA DO DIREITO

Jean Vilbert

Questão 9

Quanto ao juspositivismo é CORRETO afirmar:

- a) Tem como expoentes Hans Kelsen, Jeremy Bentham e Herbert Hart.
- b) Pauta-se no conceito de justiça para construir o direito.
- c) Em sua estrutura clássica, liga-se à pureza do direito.
- d) Faz a ponte entre o que é jurídico e o que é moral.

Questão 10

Confira o seguinte excerto.

O Estado é a “organização de um grupo humano como unidade coletiva provida de órgãos, que lhe transmitem a vontade e a representam, e que também agem no seu nome” (COTRIM NETO A. B.. A administração pública e o direito no Estado antigo. Revista de Direito Público. São Paulo, v. 33, p. 05-22, jan./mar., 1975).

O Estado é:

- a) Uma organização que compete com outras organizações sociais pela legitimidade dos seus comandos.
- b) O monopólio do exercício legítimo da força em uma sociedade.
- c) Uma organização que exerce o poder sobre os indivíduos que o globo terrestre.
- d) Uma unidade federativa de um país, com autonomia e soberania.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Diego Cerqueira

Questão 11

11. Simone impetrou um mandado de segurança contra ato ilegal de autoridade estatal, por meio da Defensoria Pública. Porém, o requerimento foi indeferido por unanimidade pelo Tribunal de Justiça, órgão competente para conhecer originalmente do pedido. A Defensoria Pública avaliou o acórdão proferido como manifestamente contrário à ordem constitucional. Com base na Constituição da República de 1988, o acórdão proferido, uma vez preenchidos os demais requisitos previstos em lei, pode ser impugnado via:

- a) Recurso ordinário a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) Recurso especial a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- c) Recurso ordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) Recurso extraordinário a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

Questão 12

Dois deputados federais e quatro senadores formularam requerimento para a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a apurar fatos relacionados à contratação de construtoras envolvidas em projetos de habitação popular. Apesar da oposição demonstrada pelo restante dos parlamentares federais, a comissão acabou sendo criada e, logo em seguida, foi decretada por um dos senadores que a integravam a interceptação telefônica de um dos investigados, fato que gerou indignação ainda maior por parte dos parlamentares. Com base nas informações acima e na CRFB/88, assinale a alternativa correta:

- a) Tem razão os parlamentares que manifestaram descontentamento em relação à criação da CPI, o que somente poderia ter sido feito pelo requerimento da maioria absoluta dos membros do Poder Legislativo.
- b) A criação da CPI deve observar o princípio que garante a representação das minorias, sendo, portanto, vedado aos demais parlamentares opor-se à sua instituição.
- c) São inconstitucionais tanto a criação da CPI, que não poderia ter sido feita mediante requerimento de apenas seis parlamentares, quanto a decretação da interceptação telefônica.
- d) As CPIs devem ser criadas no âmbito da Câmara e do Senado, separadamente.

Questão 13

João, Presidente da República, decorridos sessenta dias da abertura da sessão legislativa, deixou de apresentar suas contas ao Congresso Nacional. Em razão da inércia presidencial, o mesmo órgão decide proceder à respectiva tomada de contas. Em um segundo momento, por meio de decreto legislativo, decidiu fixar os subsídios dos deputados, senadores e ministros de Estado.

Com base nos dispositivos constitucionais pertinentes, é possível afirmar que:

- a) O Congresso Nacional extrapolou as competências a ele atribuídas pela Constituição, ao proceder à tomada de contas do Presidente, mas agiu corretamente ao fixar as remunerações mencionadas por meio de decreto legislativo.
- b) O Congresso Nacional agiu em total desconformidade com o que determina a Carta Maior, vez que a tomada de contas compete, na verdade, à Câmara dos Deputados, devendo as remunerações dos referidos agentes políticos serem estabelecidas em lei.
- c) O Congresso Nacional apenas poderia, por ato próprio, ter fixado os subsídios dos deputados e senadores, mas não a dos ministros de Estado, em respeito à separação dos Poderes.
- d) O Congresso Nacional agiu em consonância com o que determina a atual Constituição, no que concerne à tomada de contas, já que tal atribuição pertence exclusivamente ao Congresso Nacional, responsável por julgar as contas do Presidente.

Questão 14

Sabrina é brasileira naturalizada e, atualmente, conta com 32 anos de idade. Logo após se formar em Direito, iniciou sua carreira de advogada em um renomado escritório, onde ficou conhecida não só por seu sólido saber jurídico, mas também pela conduta impecável no meio em que atua há 10 anos. O Presidente da República, impressionado com o perfil profissional de Sabrina, decide imediatamente nomeá-la como Ministra do Superior Tribunal de Justiça. À luz das disposições constitucionais pertinentes, pode-se dizer que Sabrina:

- a) poderá ser nomeada como Ministra ao completar 35 anos de idade, já que um quinto das vagas do Tribunal são reservadas a membros do Ministério Público e da advocacia.
- b) somente poderá ser nomeada após a aprovação do Senado Federal, por maioria absoluta.
- c) ainda que tivesse atingido a idade mínima para ocupar o cargo, o Presidente não poderia tê-la nomeado sem a participação da entidade de classe correspondente.
- d) poderá ocupar o cargo, já que os Ministros do STJ, brasileiros natos ou naturalizados, serão livremente escolhidos pelo Presidente, desde que possuam notórios conhecimentos jurídicos e reputação ilibada.

Questão 15

Uma ação foi ajuizada na justiça federal de primeiro grau, contra a Caixa Econômica Federal. O juiz da vara federal da seção judiciária correspondente decidiu remeter os autos para o juizado especial federal da mesma seção judiciária. Este, considerando-se incompetente para o julgamento da causa em razão de seu alto valor suscitou conflito de competência perante o STJ. A esse respeito, aponte a alternativa correta:

- a) A ação contra a Caixa deveria ter sido ajuizada na justiça estadual, e não federal, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado.
- b) O julgamento do conflito, por envolver atribuições entre tribunais do Poder Judiciário, caberia, na realidade, ao STF.
- c) Por ser a justiça federal sujeita à jurisdição do STJ, a este caberá, realmente, o julgamento do conflito suscitado.
- d) O STJ não deverá conhecer do conflito, o qual deveria ser decidido pelo próprio TRF.

Questão 16

Marcos foi eleito Presidente da República e, na data marcada para sua posse, deixou de comparecer, sem apresentar qualquer justificativa. Sua Vice, Deise, ao assumir o cargo, sentiu-se sobrecarregada diante de tantas responsabilidades e, um mês depois do início de suas atividades, resolveu abandonar a função. Nessas condições, determina a Constituição Federal que:

- a) Diante da desistência da Vice-Presidente, deveria ter sido chamado a assumir o cargo o segundo candidato mais bem votado nas eleições presidenciais.
- b) Deise chegou a assumir o cargo de forma definitiva, mas, diante de sua ausência, deveria ter sido chamado à Presidência o Presidente da Câmara, até que um novo representante fosse eleito pelo voto popular.
- c) Como a dupla-vacância ocorreu ainda dentro dos dois primeiros anos do mandato presidencial, deveriam ter sido convocadas eleições indiretas pelo Parlamento, ao qual competiria a escolha do novo representante.
- d) A Vice-Presidente somente poderia ter assumido a Presidência, em caráter interino, após decorridos dez dias da ausência do Presidente eleito, durante a cerimônia de posse.

Questão 17

Gabriel e Pedro, Presidente da República e o Vice respectivamente, precisaram deixar o país para embarcar em uma viagem internacional, com duração prevista de 13 dias. Para tanto, solicitaram autorização do Senado Federal. Com o consentimento do órgão legislativo, o Presidente, antes de partir, tratou de providenciar a continuidade de determinados procedimentos que não poderiam ser interrompidos durante sua ausência. Assim, o chefe do Poder Executivo decide delegar ao Presidente do Supremo e ao Procurador-Geral da República, respectivamente, as atribuições de dispor sobre organização da administração pública federal e desprover e extinguir cargos públicos.

Considerando as disposições constitucionais pertinentes ao tema, é possível afirmar que:

- a) As delegações de atribuições não poderiam ter sido feitas às autoridades mencionadas, embora a solicitação ao Senado para deixar ao país fosse necessária.
- b) Tanto a autorização quanto as duas formas de delegação de atribuições foram feitas conforme o que determina a Constituição.
- c) A autorização para deixarem o país deveria ter sido dirigida ao Congresso Nacional, e não ao Senado. Quanto à delegação empreendida, somente aquela feita ao Presidente do STF é permitida.
- d) Nessa situação, não seria necessário obter autorização do Poder Legislativo para se ausentarem do país. Somente a delegação feita ao PGR terá sido válida, desde que os cargos a serem extintos se encontrassem vagos.

DIREITOS HUMANOS

Ricardo Torques

Questão 18

Recentemente a Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o *habeas corpus* coletivo 143.988 determinou o fim da superlotação em unidades socioeducativas de todo o país. O ministro relator, Edson Fachin, sugeriu medidas alternativas para diminuir a superlotação nas unidades que operam acima da capacidade, a exemplo da transferência de adolescentes que ultrapassem a lotação máxima para outras unidades onde haja vagas – desde que essa nova unidade não seja distante da casa da família. Ao apresentar o voto, o ministro Fachin apontou dados que apontavam que em 9 das 27 unidades da Federação a taxa superava os 100% – em Sergipe, por exemplo, a taxa de ocupação atingia 183%. Sobre as medidas socioeducativas e as entidades de atendimento, assinale a alternativa correta:

- a) Ao ser aplicada uma medida socioeducativa a João, adolescente de 16 anos, deve-se considerar apenas a sua idade e a gravidade da infração.
- b) As entidades que desenvolvam programas de acolhimento familiar ou institucional deverão primar pela preservação dos vínculos familiares, pela promoção da reintegração familiar e pela participação de pessoas da comunidade no processo educativo.
- c) Pedro praticou ato análogo a furto e será obrigado a prestar trabalhos forçados para ressarcir o bem subtraído.
- d) As entidades de atendimento poderão ser governamentais ou não governamentais e apenas as últimas são obrigadas a inscrever seus programas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Questão 19

Ana Júlia e João Pedro são irmãos e, por estarem em idade escolar, são constantemente estimulados por seus pais a frequentarem as aulas com assiduidade, dedicarem-se às atividades indicadas por seus professores e se comportarem de modo exemplar. Sobre o direito à educação previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se afirmar:

- a) Aos irmãos é assegurada igualdade de condições para acesso e permanência na escola e, se estiverem na mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica, têm direito a vagas no mesmo estabelecimento.
- b) Ana Júlia e João Pedro devem ser respeitados por seus educadores, mas não poderão contestar os critérios avaliativos adotados.
- c) Os irmãos não podem organizar ou participar de entidades estudantis, atividade exclusiva dos discentes do ensino superior.
- d) Os pais de Ana Júlia e João Pedro devem ter ciência de todo o processo pedagógico envolvido na educação dos filhos, mas não poderão participar da definição das propostas educacionais.

DIREITO INTERNACIONAL

Vanessa Arns

Questão 20

Sobre os Tratados internacionais, assinale a opção incorreta.

- a) “A Negociação” a fase inicial do processo de celebração de um tratado. Em regra, as negociações ocorrem no âmbito de uma organização internacional ou de uma conferência internacional especialmente convocada para esse objetivo.
- b) A adoção do texto é o momento final da fase de negociações, quando se tem um texto convencional produzido pelas partes contratantes. O texto adotado é aquele que seguirá para a assinatura
- c) A adoção do texto final de um tratado é sempre feita por unanimidade.
- d) A assinatura representa, em regra, o consentimento provisório de um Estado em se obrigar ao texto de um tratado. Nos acordos em forma simplificada, a assinatura poderá, todavia, representar o consentimento definitivo.

Questão 21

João e Maria se casaram no Brasil e se mudaram para a Itália, onde permaneceram por quase 4 anos. Após um período difícil, o casal, que não tem filhos, nem bens, decide, de comum acordo, se divorciar e Maria pretende retornar ao Brasil.

Com relação à dissolução do casamento, assinale a afirmativa correta

- a) O divórcio só poderá ser requerido no Brasil, já que o casamento foi realizado no Brasil.
- b) O divórcio, se efetivado na Itália, precisa ser reconhecido e homologado perante o STJ para que tenha validade no Brasil.
- c) O divórcio consensual pode ser reconhecido no Brasil sem que seja necessário proceder à homologação.
- d) Para requerer o divórcio no Brasil, o casal deverá, primeiramente, voltar a residir no país.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Rodrigo Martins

Questão 22

Roberto dirigiu-se à Fazenda Pública do Município e pediu informações sobre a existência de débitos tributários inscritos em dívida ativa e sobre a existência de parcelamento de tributos em nome de seu cunhado, João. No local, foi atendido por Fernando, servidor público do Município, que lhe forneceu as informações solicitadas. Inconformado com a divulgação, a terceiros, dessas informações fiscais, Roberto lhe procura em busca de uma opinião jurídica. Com base nessa hipótese, assinale a afirmativa correta:

- a) O servidor público violou o dever de sigilo fiscal e pode ser civilmente, criminalmente e administrativamente responsabilizado.
- b) Informações sobre a existência de débitos tributários inscritos em dívida ativa e sobre a existência de parcelamento de tributos só podem ser fornecidas ao próprio contribuinte.
- c) A divulgação, a terceiros, de informações relativas a inscrições na Dívida Ativa e relativas a parcelamentos de débitos tributários não configura violação do dever de sigilo fiscal.
- d) Houve violação do dever de sigilo fiscal e a Fazenda Pública pode ser condenada ao pagamento de indenização ao contribuinte.

Questão 23

O Estado X instituiu um adicional de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) que tem como fato gerador a propriedade de veículos em mau estado de conservação e/ou que possuam duas ou mais multas não pagas. Caio, proprietário de veículo automotor em mau estado de conservação e com cinco multas não pagas, é notificado da cobrança do adicional do tributo por meio de auto de infração. Como não apresentou defesa e não pagou o tributo, o Estado “X” ajuíza execução fiscal. Caio, no entanto, não possui meios para garantir a execução fiscal e opor embargos à execução, mas possui todos os documentos que comprovam sua defesa. Com base essa hipótese, é correto afirmar que:

- a) O adicional de IPVA instituído pelo Estado X é juridicamente devido.
- b) A criação de adicional de IPVA pelos Estados depende de prévia aprovação em Convênio celebrado junto ao CONFAZ.
- c) A criação de adicional de IPVA pelos Estados depende de prévia autorização do Senado Federal.
- d) O adicional de IPVA instituído pelo Estado X não é juridicamente devido e o contribuinte poderá se defender da cobrança por meio de Exceção de Pré-executividade.

Questão 24

João prestou determinado serviço de consultoria em 10 de novembro de 2015 e apresentou a respectiva autodeclaração de ISS – Imposto sobre Serviços (autolancamento ou lançamento por homologação) no dia 15 de dezembro de 2015. Como não pagou o débito, houve a inscrição em dívida ativa em 20 de agosto de 2016, com o ajuizamento da execução fiscal em 10 de novembro de 2018. Em 17 de março de 2019 o juiz proferiu despacho citatório nos autos da execução fiscal e a citação ocorreu, efetivamente, em 15 de maio de 2019. Com base na hipótese, assinale a alternativa que indica o marco temporal, segundo o CTN, caracterizador da fraude à execução fiscal, acaso o contribuinte devedor venha a alienar os seus bens sem reservar montante suficiente para o pagamento do tributo devido:

- a) 15 de dezembro de 2015.
- b) 20 de agosto de 2016.
- c) 10 de novembro de 2018.
- d) 15 de maio de 2019.

Questão 25

Joana entregou a sua declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) em abril de 2018, deixando, no entanto, de pagar o imposto devido. Diante desse inadimplemento por parte da contribuinte, a União inscreveu o débito em dívida ativa e promoveu o protesto da CDA (Certidão de Dívida Ativa). Com base em tais informações, no que tange à possibilidade de questionamento por parte da contribuinte em relação ao protesto realizado pela União, assinale a afirmativa correta:

- a) O protesto da CDA é indevido, pois o crédito tributário deve ser cobrado somente por meio de execução fiscal.
- b) O protesto da CDA é regular, por se tratar de instrumento judicial de cobrança com expressão previsão legal.
- c) O protesto da CDA é indevido, por se tratar, o protesto, de meio de cobrança de obrigações de natureza privada.
- d) O protesto da CDA é regular, por se tratar de instrumento extrajudicial de cobrança com expressa previsão legal.

Questão 26

Motivados pela forte queda nas vendas de eletrodomésticos da denominada “linha branca” no país, os Estados, por meio do Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, celebraram Convênio ICMS específico prevendo benefício fiscal do ICMS às empresas atuantes nesse setor, por meio da concessão de redução da base de cálculo do imposto incidente na comercialização de todos os produtos enquadrados nesse segmento. O Estado X, no intuito de proporcionar aos contribuintes localizados no seu território a fruição desse benefício fiscal, editou lei ordinária internalizando os termos do Convênio. Porém, ao formular a relação descritiva das mercadorias beneficiadas pela lei estadual, o Estado X deixou de incluir alguns produtos classificados como eletrodomésticos da “linha branca”, dentre os quais, aparelhos micro-ondas; e, estendeu os benefícios a produtos que não compõem a “linha branca”, alegando a necessidade de estimular setores específicos da economia local, que estariam perdendo mercado para concorrentes de outros Estados. Com base nessa hipótese, é correto afirmar que:

- a) É autorizado ao Estado X estender o benefício fiscal a produtos que não integram a denominada “linha branca”, para estimular setores específicos da economia local.
- b) O Estado X, tendo ratificado o Convênio em questão, pode aplicá-lo parcialmente, alcançando apenas parte dos produtos discriminados no Convênio celebrado pelo CONFAZ.
- c) O Convênio celebrados junto ao CONFAZ tem eficácia impositiva.
- d) A partir da celebração do Convênio junto ao CONFAZ, o contribuinte já tem direito subjetivo ao benefício fiscal.

Estratégia
OAB **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Igor Maciel

Questão 27

Milton e Margarida, casados entre si, são servidores públicos. Milton recebe uma remuneração de R\$ 10 mil (dez mil reais) e Margarida ganha o teto geral do funcionalismo público, aproximadamente R\$ 39 mil (trinta e nove mil reais). Após a morte de Milton, decorrente de Covid-19, Margarida, como sua esposa, pleiteou a pensão por morte do *de cujus*, o que lhe foi administrativamente negada pelo respectivo instituto previdenciário, sob o argumento de que ela não tem direito à pensão porque, caso fosse concedida, seus rendimentos iriam ultrapassar o teto constitucionalmente permitido. Diante dessa situação, Margarida buscou um advogado que lhe informou corretamente que:

- a) Caso Margarida seja servidora vinculada à empresa pública, ela não se submeterá à regra do teto constitucional, ainda que a estatal receba recursos da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios para pagamento de despesas de pessoal ou de custeio em geral.
- b) O teto remuneratório ao qual Margarida submete-se é o teto geral do funcionalismo público, qual seja, o subsídio do Presidente da República.
- c) Caso Margarida acumule licitamente dois cargos públicos, o valor fixado como teto remuneratório deverá observar o somatório dos seus ganhos em ambos os cargos.

d) O teto constitucional remuneratório incide sobre o somatório da remuneração de Margarida e eventual pensão que seria devida.

Questão 28

Genival era administrador da fundação Biomas, mantida pelo Poder Público federal. No ano de 2013, ele deixou de prestar contas dos recursos recebidos do Ministério do Meio Ambiente, por meio de convênio. Em razão disso, em 2014, o Tribunal de Contas da União, no julgamento de Tomada de Contas Especial, condenou Genival a restituir aos cofres públicos os valores recebidos. Contudo, Genival, instado a cumprir a obrigação, não pagou os valores. Diante dessa situação, é correto afirmar:

- a) Não compete ao Tribunal de Contas julgar as contas de administradores de fundações.
- b) As decisões do Tribunal de Contas de que resulte imputação de débito devem ser executadas através de cumprimento de sentença.
- c) É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas.
- d) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato de improbidade administrativa doloso ou culposo tipificado na Lei de Improbidade Administrativa.

Questão 29

Em 10/06/2008, o Governo do Estado Alfa apropriou-se de um imóvel pertencente à Marieta, sem observar as formalidades previstas em lei. No local, a administração pública construiu uma quadra poliesportiva que atende mais de 200 crianças e adolescentes. Diante dessa situação, é correto afirmar que:

- a) houve desapropriação direta pelo poder público, cujo prazo prescricional é de 10 anos, independentemente de qualquer benfeitoria realizada no imóvel.
- b) houve desapropriação direta pelo poder público, cujo prazo prescricional é de 20 anos, independentemente de qualquer benfeitoria realizada no imóvel.
- c) houve desapropriação indireta pelo poder público, cujo prazo prescricional é de 10 anos, uma vez que foram realizadas obras no local.
- d) houve desapropriação indireta pelo poder público, cujo prazo prescricional é de 15 anos, uma vez que foram realizadas obras no local.

Questão 30

O Prefeito do Município de Cidadezinha deseja contratar a execução de obras e serviços de engenharia, relacionadas a melhorias na mobilidade urbana e ampliação de infraestrutura logística, por preço certo e total. Para isso, enviou consulta à sua assessoria jurídica, a fim de saber se poderia realizar o procedimento licitatório por meio do Regime Diferenciado de Contratação e de forma eletrônica. A assessoria informou corretamente que:

- a) o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) é aplicável exclusivamente às licitações e contratos necessários à realização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, e da Copa das Confederações da Federação Internacional de Futebol Associação - Fifa 2013 e da Copa do Mundo Fifa 2014, de modo que inviável para contratação do objeto desejado.
- b) o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) poderá ser realizado para contratação do objeto pretendido, através de empreitada por preço global, e a licitação se dará preferencialmente sob a forma eletrônica.
- c) o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) poderá ser realizado para contratação do objeto pretendido, através de empreitada integral, e a licitação se dará preferencialmente sob a forma presencial.
- d) o Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) poderá ser realizado para contratação do objeto pretendido, através de empreitada integral, e a licitação se dará preferencialmente sob a forma eletrônica.

Questão 31

A associação Cult, constituída há oito meses, que possui como finalidade institucional a proteção a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, ajuizou ação civil pública com o objetivo de restituir tributos pagos indevidamente pelos seus associados. Nessa situação, é correto afirmar que a ação:

- a) não deve prosperar, tendo em vista que, embora o objeto da ação seja legalmente admitido, a associação, para ter legitimidade ativa, deveria estar constituída há pelo menos um ano.
- b) deve prosperar, uma vez que o requisito da pré-constituição está em conformidade com as exigências legais e o objeto da ação é previsto na Lei.
- c) não deve prosperar, uma vez que, embora o requisito da pré-constituição possa, em tese, ser dispensado pelo juiz, o objeto da demanda não pode ser veiculado por meio de ação civil pública.
- d) deve prosperar, uma vez que o requisito da pré-constituição pode, em tese, ser dispensado pelo juiz e o objeto da ação é previsto na Lei.

Questão 32

O Governo Federal deseja criar uma pessoa jurídica de direito público com o regime jurídico especial, portadora de autonomia reforçada em relação ao ente central, tendo em vista a necessidade de conferir tratamento técnico e maior segurança jurídica a determinado setor. Nesse caso, o ente a ser criado será:

- a) um consórcio público.
- b) uma associação pública.
- c) uma agência reguladora.
- d) uma agência executiva.

DIREITO AMBIENTAL

Roserval Júnior

Questão 33

A empresa Vale do Rio Sujo, principal mineradora do Brasil e uma das maiores do mundo, foi responsável pelo rompimento de uma barragem.

Acerca de responsabilidade ambiental e com base nas disposições constitucionais, na Lei 9.605/98 e considerando a jurisprudência do STJ e do STF, marque a opção correta:

- a) O art. 225, § 3º, da Constituição Federal não condiciona a responsabilização penal da pessoa jurídica por crimes ambientais à simultânea persecução penal da pessoa física em tese responsável no âmbito da empresa. A norma constitucional não impõe a necessária dupla imputação.
- b) A responsabilidade penal da pessoa jurídica é admitida no ordenamento jurídico em vigor, sendo pacífico, no âmbito do Superior Tribunal de Justiça e no STF, que a responsabilização penal da pessoa jurídica por delitos ambientais não dispensa a imputação concomitante da pessoa física que age em seu nome ou em seu benefício. Em outras palavras, a teoria da dupla imputação prevalece, atualmente, no Superior Tribunal de Justiça e no STF.
- c) O Superior Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça não admitem a responsabilização criminal da pessoa jurídica por crimes ambientais.
- d) As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade. No entanto, responsabilidade das pessoas jurídicas exclui a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.

Questão 34

A União pretende criar um Parque Nacional. Para isso, levantam-se questionamentos sobre a necessidade de se realizar estudos técnicos e consulta pública. Neste caso, com base nas disposições da Lei 9.985/00 (SNUC), marque a opção correta:

- a) A criação poderá ocorrer por Decreto do Presidente da República.
- b) A criação deverá ocorrer necessariamente por Lei.
- c) A criação deverá ocorrer por Lei Complementar.
- d) A criação poderá ocorrer por lei ou por decreto, sendo dispensada a consulta pública.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

Questão 35

Ayrton é fanático por Fórmula 1, razão pela qual pediu para seu pai usar todo o dinheiro de sua mesada para contratar uma edição de colecionador de carrinhos de corrida. Assim, o pai de Ayrton contratou para seu filho o referido serviço, em nome de Ayrton, que recebia mensalmente uma miniatura de carro da F1. O contrato foi firmado quando Ayrton ainda tinha 10 anos de idade, permanecendo vigente até os dias atuais, já com 18 anos. Por curiosidade, Ayrton foi reler as cláusulas do contrato e percebeu que desde o início do contrato estava sendo cobrado por um valor acima do previsto. Considerando essas informações, é correto afirmar que Ayrton:

- a) poderá requerer a restituição dos valores pagos a mais desde o início do contrato, pois não houve prescrição;
- b) não poderá requerer a restituição de quaisquer valores, pois já prescritos;
- c) poderá, no máximo, requerer a restituição dos valores pagos a mais nos cinco anos retroativos, pois não houve prescrição;
- d) poderá, no máximo, requerer a restituição dos valores pagos a mais nos três anos retroativos, pois não houve prescrição;

Questão 36

Joaquim conseguiu a sua emancipação por ato voluntário de ambos os pais ainda aos dezesseis anos de idade. Para comemorar sua nova fase independente, duas semanas após a emancipação ser registrada, Joaquim pegou o carro dos pais e foi testar os limites de velocidade das vias. Por extrapolar os limites de segurança do carro, acabou perdendo o controle da direção e bateu em um outro carro que estava com o pisca alerta ligado no acostamento.

Em relação ao ocorrido, é correto afirmar que:

- a) apenas e exclusivamente Joaquim responderá pelos prejuízos, já que é emancipado;
- b) apenas os pais de Joaquim responderão pelo prejuízo, pois ainda é relativamente incapaz;
- c) a culpa é concorrente, visto que se o carro não estivesse parado no acostamento, não teria ocorrido o dano;
- d) ainda que ocorrida a emancipação, os pais de Joaquim podem responder civilmente pelo dano, já que realizada na sua forma voluntária;

Questão 37

Amaro obrigou-se, mediante negócio jurídico firmado, a vender uma carroça ou um barril de uvas a Lauro mediante o recebimento de determinada quantia em dinheiro. Sendo essa uma obrigação alternativa, é correto afirmar que:

- a) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao devedor;
- b) se nada houver sido estipulado no negócio jurídico, a escolha do item a ser comprado cabe ao credor;
- c) no caso, poderá o credor obrigar o devedor a receber parte em uma prestação e parte em outra;
- d) no caso, poderá o devedor obrigar o credor a receber parte em uma prestação e parte em outra;

Questão 38

É também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde:

- a) está localizada a sede do empregador;
- b) resida o contratante;
- c) é recebido o valor pelo serviço ou produto;
- d) esta é exercida;

Questão 39

Dentre as opções abaixo, assinale a única que não corresponde a um direito real:

- a) a habitação;
- b) a hipoteca;
- c) a anticrese;
- d) a turbação;

Questão 40

O negócio jurídico não será considerado nulo quando:

- a) celebrado por pessoa absolutamente incapaz;
- b) celebrado por pessoa que não consegue exprimir sua vontade por causa permanente;
- c) não revestir a forma prescrita em lei;
- d) quanto ao motivo determinante, apenas quando ele for ilícito e comum a ambas as partes;

Questão 41

Enquanto já viúvo, Marcos produziu testamento deixando todo o seu patrimônio a seus três filhos. Anos depois, Joana ajuizou ação de reconhecimento de paternidade contra Marcos, a qual foi julgada procedente. Nessa situação, é correto afirmar que:

- a) haverá o rompimento do testamento, ainda que Marcos desconhecesse a existência de Joana como sua filha à época em que o produziu;
- b) haverá o rompimento do testamento, apenas se Marcos já conhecia a existência de Joana como sua filha à época em que o produziu;
- c) não haverá o rompimento do testamento;
- d) haverá o rompimento do testamento, mas apenas de forma parcial, nas disposições que prejudicarem Joana.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ricardo Torques

Questão 42

Em 2018, a Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, absolveu um homem que havia sido condenado por estupro e roubo em um caso ocorrido em 2008 no Rio Grande do Sul. Com base no caso apresentado, assinale a alternativa correta:

- a) Constatado o erro judiciário, o jurisdicionado tem direito à absolvição, mas não faz jus a qualquer forma de indenização.
- b) A Constituição Federal e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos admitem exclusivamente a indenização por erro judiciário apenas nas causas cíveis.
- c) A Constituição Federal prevê o pagamento de indenização àquele condenado por erro judiciário e àquele que ficar preso além do tempo fixado na sentença.
- d) A Convenção Americana sobre Direitos Humanos admite a indenização por erro judiciário ainda que a decisão não tenha transitado em julgado.

Questão 43

Em 2019, o Supremo Tribunal Federal decidiu, em repercussão geral, que o sacrifício de animais em cultos religiosos é constitucional. Como advogado, você foi convidado para comentar sobre a liberdade religiosa à luz da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (CADH):

- a) Toda pessoa tem direito à liberdade de consciência e de religião, englobando a liberdade de conservar ou mudar de religião ou crenças, sendo vedada a divulgação de tais práticas em público a fim de respeitar o direito à liberdade dos demais.
- b) A liberdade de manifestar a própria religião e as próprias crenças não está sujeita a limitações prescritas por lei.
- c) Os pais não podem interferir na educação religiosa e moral que os filhos receberão nas escolas, públicas ou particulares, visto que cabe às instituições definirem seus componentes curriculares e o modo como serão abordados.
- d) A decisão do Supremo Tribunal Federal alinha-se à previsão de que ninguém poderá ser objeto de medidas restritivas que possam limitar sua liberdade de conversar sua religião ou suas crenças.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Igor Maciel

Questão 44

Miriam foi a uma drogaria para comprar um medicamento receitado pelo seu médico. Ao chegar no caixa para pagar pelo remédio, o farmacêutico disse que tal produto tinha preço de R\$ 50,00 (cinquenta reais), mas que, pela promoção do dia, se ela levasse a medicação e mais três sabonetes, que possuíam valor unitário de R\$ 5,00 (três reais), pagaria por tudo, R\$ 60,00 (sessenta reais). Diante dessa situação, é certo afirmar que:

- a) houve prática abusiva da farmácia, que elevou injustificadamente os preços.
- b) houve prática abusiva da farmácia, que promoveu venda casada.
- c) não houve prática abusiva da farmácia, mas sim publicidade enganosa.
- d) não houve prática abusiva da farmácia, pois os produtos podiam ser adquiridos separadamente.

Questão 45

Tobias comprou um automóvel novo da marca “Velozmente”. Três meses após a compra, ele viu na TV que a empresa fabricante do seu automóvel estava realizando um *recall* para alertar os consumidores sobre eventuais falhas que surgissem nos freios dianteiros dos carros. Tobias, então, telefonou ao seu advogado para saber como proceder, este o informou corretamente que esse chamamento está intimamente ligado ao princípio da:

- a) boa-fé objetiva.
- b) proteção à saúde e segurança dos consumidores.
- c) adequada e eficaz prestação dos serviços públicos em geral.
- d) modificação das cláusulas contratuais.

DIREITO EMPRESARIAL

Alessandro Sanchez

Questão 46

Nos termos da Lei de Falências, os créditos extraconcursais incluem o(a)

- a) Crédito trabalhista no valor de até cem salários mínimos.
- b) Crédito com privilégio especial, com direito de retenção atribuído por lei sobre a coisa dada em garantia.
- c) Obrigações trabalhistas constituídas após a decretação da quebra.
- d) multa contratual e a pena pecuniária.

Questão 47

De acordo com o Código Civil, é característica das sociedades cooperativas, EXCETO

- a) o concurso de sócios em número mínimo necessário para compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
- b) a intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade.
- c) a indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios.
- d) a impossibilidade, aliada à invariabilidade, de dispensa do capital social.

Questão 48

À luz do Código Civil, assinale a opção correta a respeito do Empresário Individual.

- a) O nome empresarial deverá ser formado com o uso do termo limitada após a firma ou a denominação social.
- b) é obrigatório o uso da firma na composição do nome empresarial.
- c) A formação dessas empresas poderá ser resultado da concentração de quotas de outra modalidade societária na pessoa de um único sócio.
- d) As regras previstas para EIRELI devem ser aplicadas subsidiariamente.

Questão 49

À luz dos dispositivos legais do Código Civil acerca da duplicata, assinale a alternativa correta.

- a) Deve ser emitida em relações empresariais, mas pode ser emitida em relações de consumo.
- b) O aceite é facultativo e pode ser suprido pela emissão de uma triplicata.
- c) O aceite é obrigatório e caso não haja o aceite ordinário, a entrega das mercadorias ou a prestação de serviços enseja a possibilidade de protesto e a correspondente ação judicial para a cobrança do crédito decorrente.
- d) O aceite é obrigatório e caso não haja o aceite ordinário, faz-se necessário a emissão de uma triplicata como meio exclusivo de protesto para posterior cobrança judicial do crédito.

Questão 50

No tocante às sociedades por ações, assinale a alternativa correta.

- a) As sociedades anônimas de capital aberto poderão emitir debêntures e partes beneficiárias.
- b) As partes beneficiárias devem ser emitidas exclusivamente por sociedades anônimas de capital fechado.
- c) As sociedades anônimas de capital fechado podem adotar firma ou denominação.
- d) As comandita por ações são regidas supletivamente pelas regras do código civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

Questão 51

Felipe e Ana, depois de doze anos, chegaram à conclusão de que o casamento se tornara insustentável e que o melhor a ser feito, para ambos e para o filhinho Eduardo, era o divórcio. Há algum tempo Felipe já deixara o lar conjugal e passara a morar em uma cidade no litoral do estado. Nesse caso, onde deverá ser proposta a ação?

- a) No foro do domicílio de Felipe caso ele seja o réu na ação.
- b) No foro do domicílio de Ana ou de Felipe, posto que o Código de Processo Civil nada dispõe sobre o tema.
- c) No foro do domicílio de Ana, guardiã do filho Eduardo.
- d) Obrigatoriamente no foro do último domicílio do casal, antes da mudança de Felipe.

Questão 52

Rodrigo sempre sonhou em comprar um smartphone de última geração para fazer chamadas de vídeo com sua mãe, uma senhora bastante saudosa e que sempre reclamava por não ver o filho com frequência. Depois de muito economizar, Rodrigo conseguiu comprar o celular mas, nos primeiros dias de uso, o aparelho apresentou vício não sanado pela fabricante ou assistência técnica autorizada. Inconformado, Rodrigo decidiu ajuizar a ação cabível, mas não podia arcar com as despesas processuais. Nesse caso:

- a) Cumpridos os requisitos legais, a gratuidade da justiça poderá ser concedida a Rodrigo, pessoa física, mas tal benefício é vedado às pessoas jurídicas.
- b) Ainda que esteja assistido por advogado particular, Rodrigo fará jus ao benefício da gratuidade da justiça.
- c) A concessão da gratuidade da justiça afastará o dever de Rodrigo pagar, ao final, eventuais multas processuais que lhe sejam impostas.
- d) O pedido de gratuidade deverá ser formulado, obrigatoriamente, na primeira manifestação da parte na instância, sob pena de preclusão.

Questão 53

O exercício do contraditório e da ampla defesa confere uma série de direitos aos advogados, mas também apresenta deveres a serem observados. Assinale a alternativa que se encontra em conformidade com o Código de Processo Civil:

- a) Alberto poderá requerer vista dos autos de qualquer processo pelo prazo que julgar necessário.
- b) Beatriz não poderá retirar os autos do cartório ou da secretaria, ainda que deva pronunciar-se por determinação do juiz.
- c) Carla poderá examinar, em cartório de fórum e secretaria de tribunal, autos de qualquer processo, independentemente da fase de tramitação, ainda que não apresente procuração.
- d) Daniel poderá retirar os autos do cartório ou da secretaria, pelo prazo de 5 dias, para a obtenção de cópias, ainda que haja transcurso de prazo comum às partes.

Questão 54

Eventualmente, poderá ocorrer sucessão de procuradores ao longo do processo, a exemplo da morte do causídico. Com base nas disposições do Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta:

- a) Maria revogou o mandato outorgado a Pedro, não constituiu novo procurador dentro de 30 (trinta) dias e, por isso, o processo será extinto sem resolução do mérito.
- b) Daniela, advogada de Alberto, só poderá renunciar ao mandato até a prolação de sentença.
- c) Valdir, advogado de Yuri, poderá renunciar ao mandato a qualquer tempo, mas deverá comprovar que comunicou a renúncia para que um sucessor fosse nomeado.
- d) Rafael ficará prontamente dispensado de representar João ao protocolar a renúncia ao mandato.

Questão 55

Juvêncio e Juvenal são litisconsortes necessários de uma ação. Embora sejam irmãos, nunca foram muito próximos e decidiram ser representados por advogados distintos de escritórios diferentes. Considerando o cenário, assinale a alternativa correta:

- a) Juvêncio e Juvenal gozarão de prazo em dobro para todas as manifestações processuais.
- b) Os irmãos têm direito de promover o andamento do processo e as intimações serão endereçadas apenas àquele que provocou a marcha processual.
- c) A contagem do prazo em dobro seria concedida ainda que os irmãos fossem representados pelo mesmo advogado.
- d) Caso Juvêncio, por descuido, não apresentasse resposta à ação, a contestação apresentada por Juvenal não o beneficiaria e restaria comprovada a sua revelia e confissão quanto à matéria fática.

Questão 56

Maria Eduarda estava certa de que a produção antecipada de determinada prova permitiria a autocomposição entre seu constituinte e a parte adversa. Nesse caso, pode-se afirmar:

- a) A produção antecipada da prova requerida por Maria Eduarda prevenirá a competência do juízo para a ação que venha a ser proposta.
- b) A produção antecipada da prova será de competência do foro de domicílio de quem propôs a antecipação.
- c) Maria Eduarda deverá apresentar as razões que justificam a necessidade de antecipação da prova e não caberá a juiz pronunciar-se sobre a ocorrência ou inoocorrência do fato.
- d) Ao juiz é vedado pronunciar-se sobre a ocorrência ou inoocorrência do fato, mas poderá tratar de suas consequências jurídicas.

Questão 57

Transcorrido o prazo de 15 (quinze) dias para pagamento voluntário, Clara decidiu que apresentaria impugnação ao cumprimento de sentença. Sempre atenta e cuidadosa, Clara apresentou a impugnação nos próprios autos e:

- a) precisou aguardar nova intimação para impugnar o cumprimento de sentença.
- b) alegou a incompetência relativa do juízo da execução e não poderia, ainda que quisesse, suscitar a incompetência absoluta.
- c) alegou a incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução, mas não poderia suscitar o impedimento ou suspeição do magistrado.
- d) declarou o valor que entendia correto e juntou demonstrativo discriminado e atualizado de seu cálculo, posto que o valor apresentado pelo exequente excedia a execução.

DIREITO PENAL

Cristiano Rodrigues

Questão 58

Igor, funcionário de uma empresa privada se aproveitando do cargo de confiança que exerce resolve se apropriar dos valores destinados ao pagamento de contribuições sociais de diversos empregados da empresa. Em face de uma denúncia anônima é preso e denunciado pelo crime de apropriação indébita previdenciária (Art.168 CP). Após o início do processo, em alegações finais resolve pagar integralmente os valores devidos, oriundos dos débitos da falta de recolhimento das referidas contribuições sociais. De acordo com os fatos narrados, você atuando como advogado (a) do caso, deverá alegar em defesa de seu cliente:

- a) causa de exclusão da tipicidade, por ausência de lesividade.
- b) causa de exclusão da culpabilidade do agente.
- c) causa de extinção da punibilidade do fato.
- d) circunstância atenuante para a pena em caso de condenação

Questão 59

Paulo e Diego, sem saber da existência um do outro, colocam veneno no café de Ricardo, primeiro Paulo e minutos depois Diego, sendo que, em razão do envenenamento agudo Ricardo vem a falecer, dois dias após ser internado no hospital. Realizado o exame cadavérico, não se pôde constatar qual dos agentes fora o responsável por ministrar o veneno que originou o resultado morte, já que ambos utilizaram-se da substância tóxica. Neste caso, após a denúncia do MP pelo crime de homicídio qualificado consumado para ambos, você como advogado (a) de Paulo e Diego devera alegar em sede de defesa :

- a) que ambos respondam por lesão corporal dolosa consumada .
- b) que os agentes respondam homicídio doloso consumado e lesão corporal dolosa grave, respectivamente.
- c) que os agentes respondam por homicídio doloso consumado e tentativa de homicídio doloso, respectivamente.
- d) que nenhum dos dois agentes deve responder pelo homicídio doloso consumado.

Questão 60

Alessandro, supõe que esta diante de situação de perigo para a vida de seu filho João, ao acreditar que o cachorro de seu amigo Ivan, que é de grande porte, iria atacá-lo. Para defender seu filho do suposto ataque, Alessandro acaba matando o animal, porém, posteriormente descobre que se tratava de um animal manso que apenas tinha fugido da coleira de seu dono e ia na direção para brincar. Como advogado(a) de Alessandro, você alegaria em sua defesa:

- a) estado de necessidade real, excludente de ilicitude
- b) legítima defesa putativa pelo ataque de animal
- c) erro de proibição inevitável, causa de isenção de pena.
- d) erro de tipo permissivo inevitável, causa de isenção de pena

Questão 61

Com relação aos critérios para substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos adotados pelo CP, assinale a alternativa correta.

- a) A substituição poderá ocorrer, em certos casos, mesmo se o réu for reincidente específico em crime doloso.
- b) É possível, em certas hipóteses, a substituição da pena mesmo quando o réu for condenado a pena privativa de liberdade superior a 4 (quatro) anos.
- c) Em caso de descumprimento injustificado da pena restritiva de direitos, esta será convertida em privativa de liberdade, reiniciando-se o cumprimento da integralidade da pena fixada na sentença condenatória definitiva.
- d) Se a pena for superior a um ano, a pena privativa de liberdade somente poderá ser substituída por uma pena restritiva de direitos e por uma multa.

Questão 62

Priscila, jovem advogada trabalhista, desejando um novo notebook pede à seu pai que lhe dê a quantia de R\$ 5.000,00 para adquirir o produto. Tendo seu pedido negado e sem em condições de comprar o produto com sua renda própria, Priscila resolve arrancar uma folha do talão de cheques de seu pai, falsifica a assinatura deste e usa o título para adquirir o produto desejado. Como advogado (a) de Priscila você deverá orientá-la dizendo que ela:

- a) estará sujeita a uma pena de detenção, de quinze dias a um mês, ou multa, pois praticou o crime de exercício arbitrário das próprias razões.
- b) estará sujeita a uma pena de reclusão, de um a cinco anos, e multa, pois praticou o crime de falsificação de documento particular.
- c) não estará sujeita a pena alguma, diante dos fatos apresentados.
- d) estará sujeita a pena do crime de estelionato, desde que haja representação da vítima para a propositura de ação penal pelo MP.

Questão 63

Diana, que se encontra grávida de 4 meses, está na direção de seu veículo automotor voltando do trabalho e, ao avançar o sinal de trânsito devido a estar muito estressada, colide violentamente contra um poste, causando, em razão do impacto sofrido, um aborto. Você, chamado(a) para advogar no caso, deverá esclarecer à Diana que sua conduta:

- a) corresponde ao delito de homicídio culposo no trânsito
- b) não gera responsabilidade, haja vista a inexistência de previsão legal para a modalidade culposa de aborto.
- c) corresponde ao delito de lesão corporal qualificada pelo aborto.
- d) corresponde ao delito de auto aborto provocado pela gestante.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Ivan Marques

Questão 64

Pitoco, usineiro, decidiu matar a sua companheira e ficar impune. Para isso, após injetar veneno na garrafa de vinho que sua amada comprou para tomar naquela noite, ficou escondido esperando Pitaya cair morta. A mulher morre em decorrência do veneno. Pitoco embrulha a mulher no tapete da casa, a coloca no porta malas do carro e arremessa o cadáver em um forno industrial, em seu local de trabalho. Diante das suspeitas que recaíram nele e do total desaparecimento dos vestígios por força da alta temperatura do forno, aponte a alternativa correta:

- a) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova pericial poderá suprir-lhe a falta.
- b) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova testemunhal poderá suprir-lhe a falta.
- c) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, a prova documental poderá suprir-lhe a falta.
- d) Não sendo possível o exame de corpo de delito, por haverem desaparecido os vestígios, Pitoco ficará impune pela impossibilidade de comprovar a materialidade do homicídio.

Questão 65

Michel foi preso em flagrante e posteriormente indiciado pela prática do crime de estelionato (art. 171, CP - Pena: reclusão, de um a cinco anos, e multa). O representante do Ministério Público estadual, para propor acordo de não persecução penal (ANPP), deverá observar os critérios abaixo, exceto:

- a) a pena máxima não pode ser superior a 4 anos.
- b) o investigado deve ter reparado o dano ou restituído a coisa à vítima, exceto na impossibilidade de fazê-lo.
- c) a infração penal não pode ter sido praticada mediante violência ou grave ameaça.
- d) o investigado precisa ter confessado, na fase de investigação preliminar, a prática de infração penal.

Questão 66

Em relação às alterações relacionadas à prisão preventiva, trazidas pela Lei 13.964/2019 (pacote anticrime), marque a alternativa correta:

- a) cabe a decretação da prisão preventiva de ofício incidentalmente no processo.
- b) não será necessário demonstrar perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado.
- c) a decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada em existência concreta de fatos novos ou contemporâneos ao delito.
- d) a dúvida sobre a identidade civil da pessoa autoriza a prisão temporária, mas não a preventiva.

Questão 67

Qual das decisões judiciais apresentadas abaixo não poderia ser proferida atendendo a requerimento feito em sede de resposta à acusação:

- a) Reconhecimento do princípio da insignificância.
- b) Legítima defesa de terceiro.
- c) Absolvição pela dúvida (*in dubio pro reo*).
- d) Desclassificação de um crime mais grave para um crime menos grave.

Questão 68

A respeito da ordem dos quesitos apresentados aos jurados na sala especial, o terceiro quesito obrigatório por expressa imposição do Código de Processo Penal será:

- a) Foi praticado um crime doloso contra vida?
- b) O réu confessou em Plenário?
- c) O réu possui antecedentes criminais?
- d) O jurado absolve o acusado?

Questão 69

Em relação às atribuições do juiz presidente do Tribunal do Júri, aponte a alternativa que não integra esse conjunto de atribuições no rito especial do Júri:

- a) mandar retirar da sala o acusado que dificultar a realização do julgamento, o qual prosseguirá sem a sua presença.
- b) absolver sumariamente quando o veredicto dos jurados inocentar o acusado.
- c) nomear defensor ao acusado, quando considerá-lo indefeso.
- d) dirigir os debates, intervindo em caso de abuso, excesso de linguagem ou mediante requerimento de uma das partes.

Estratégia
OAB **DIREITO DO TRABALHO**

Priscila Ferreira

Questão 70

No que se refere à duração da jornada de trabalho, analise os itens a seguir e, ao final, assinale a alternativa correta:

- I. É ilícito o regime de compensação de jornada estabelecido por acordo tácito, em qualquer hipótese.
 - II. O limite de oito horas diárias é aplicável ao regime de teletrabalho.
 - III. Os intervalos de descanso intrajornada são computados na duração do trabalho.
- a) Apenas o item I é verdadeiro.
 - b) Apenas o item II é verdadeiro.
 - c) Apenas o item III é verdadeiro.
 - d) Nenhum dos itens é verdadeiro.

Questão 71

Conforme a Consolidação das Leis do Trabalho, o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço sem prejuízo do salário:

- a) Até 3 (três) dias, em cada 12 (doze) meses de trabalho, em caso de realização de exames preventivos de câncer devidamente comprovada.
- b) Por 1 (um) dia para acompanhar consultas médicas e exames complementares durante o período de gravidez de sua esposa ou companheira;
- c) Até 2 (dois) dias por ano para acompanhar filho de até 6 (seis) anos em consulta médica.
- d) Por 1 (um) dia para o fim de se alistar eleitor, nos termos da lei respectiva.

Questão 72

João é funcionário da empresa Papo Sério. Após o período de doze meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado tem direito a 30 dias corridos de férias. Contudo, durante este período, João teve trinta faltas não justificadas. Ao fazer o pedido de férias, João poderá gozar quantos dias?

- a) Doze dias corridos.
- b) Não fará jus a férias.
- c) Dezoito dias corridos.
- d) Vinte e quatro dias corridos.

Questão 73

Determinada empresa pública contratou empregado para exercer as funções de auxiliar administrativo, na data de 05/10/2015, sem a realização de concurso público. Nessa situação, considerando a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho, é correto afirmar que

- a) o empregado terá assegurado todos os direitos trabalhistas, tendo em vista o princípio da primazia da realidade.
- b) o contrato de trabalho será anulável e, por esse motivo, o referido empregado terá direito a todas as verbas trabalhistas.
- c) o contrato de trabalho será nulo de pleno direito, assegurando-se ao empregado apenas o salário pactuado, enquanto perdurar a prestação laboral.
- d) o empregado terá direito aos valores referentes aos depósitos do fundo de garantia do tempo de serviço.

Questão 74

De acordo com a Consolidação das Leis do Trabalho, a cláusula compromissória de arbitragem para contratos individuais de trabalho

- a) não é considerada válida, na medida em que a Consolidação das Leis do Trabalho tem norma que veda expressamente a arbitragem como forma de solução de conflitos decorrentes da relação de emprego.
- b) em nenhuma hipótese é considerada válida, tendo em vista que a arbitragem não pode ser usada para solução de controvérsias envolvendo direitos indisponíveis, como são em regra os decorrentes da relação de emprego.
- c) é considerada válida, desde que a remuneração do empregado seja superior ao limite máximo de benefício do Regime Geral da Previdência Social, e conte com a concordância expressa do empregado, valendo apenas para direitos disponíveis.
- d) é considerada válida, desde que a remuneração do empregado seja superior a duas vezes o limite máximo de benefício do Regime Geral da Previdência Social, e conte com a concordância expressa do empregado.

Questão 75

A empresa Serviços Totais Ltda. quer firmar acordo individual com os empregados para instituir Banco de Horas para compensação das horas extraordinárias. Para que esse acordo tenha validade, é preciso que seja pactuado

- a) por escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de 30 dias.
- b) por escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de um ano.
- c) por escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.
- d) verbalmente ou por escrito, desde que a compensação ocorra no período máximo de seis meses.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Priscila Ferreira

Questão 76

Em consonância com a legislação trabalhista vigente, analise as assertivas acerca de prescrição intercorrente.

- I. Ocorre a prescrição intercorrente no processo do trabalho no prazo de dois anos.
- II. A fluência do prazo prescricional intercorrente inicia-se quando o exequente deixa de cumprir determinação judicial no curso da execução.
- III. A declaração da prescrição intercorrente pode ser requerida ou declarada de ofício em qualquer grau de jurisdição.
- IV. A prescrição intercorrente é causa de extinção da execução trabalhista por aplicação subsidiária da norma processual civil.

Estão corretas as assertivas

- a) I, II e IV, apenas.
- b) III e IV, apenas.
- c) I, II e III, apenas.
- d) I, II, III e IV.

Questão 77

A reforma trabalhista trouxe a regulamentação procedimental da Exceção de Incompetência Territorial ou Relativa, também conhecida como Exceção Declinatória de Foro, afastando, assim, a aplicabilidade da novidade do Código de Processo Civil de 2015, que tornou a incompetência territorial como preliminar de contestação. Quanto a esse procedimento, assinale a alternativa correta.

- a) A exceção de incompetência territorial deverá ser apresentada no prazo de 15 dias a contar da notificação, antes da audiência e em peça que sinalize a existência da exceção.
- b) Protocolada a petição, o processo não será suspenso e poderá ser realizada a audiência a que se refere o art. 843 da Consolidação das Leis do Trabalho.
- c) Decidida a exceção de incompetência territorial, o processo retomará seu curso, com a designação de audiência, a apresentação de defesa e a instrução processual perante o juízo competente.
- d) Apresentada a exceção de incompetência, será aberta vista dos autos ao exceto, por 24 horas improrrogáveis, devendo a decisão ser proferida na primeira audiência ou sessão que se seguir.

Questão 78

A empresa XWH interpôs embargos de declaração em face da sentença de primeira instância. Nesta situação, o prazo para a interposição de eventual recurso ordinário estará:

- a) Interrompido, contando-se apenas os dias remanescentes para a interposição do recurso ordinário, a partir da decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.
- b) Suspenso, devolvendo-se o prazo integral para a interposição do recurso ordinário.
- c) Suspenso, contando-se apenas os dias remanescentes para a interposição do recurso ordinário, após a decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.
- d) Interrompido, devolvendo-se o prazo de origem para a interposição do recurso ordinário, a partir da decisão que acolheu, ou não, os embargos declaratórios.

Questão 79

O Rito Sumaríssimo foi instituído no processo do trabalho com o intuito de assegurar a celeridade do processo, a efetividade processual, a simplificação do procedimento e a diminuição da dilação probatória. A respeito do citado rito, assinale a alternativa correta.

- a) As partes serão intimadas a manifestar-se sobre laudo pericial, no prazo comum de cinco dias.
- b) As demandas sujeitas a rito sumaríssimo serão instruídas e julgadas em três audiências, sob a direção de juiz presidente.
- c) Neste procedimento é admitida a citação por edital, sendo ao autor dispensado da indicação do correto endereço do reclamado.
- d) Os dissídios individuais cujo valor não exceda a trinta vezes o salário mínimo vigente ficam submetidos ao procedimento sumaríssimo.

Questão 80

No que se refere à notificação dirigida ao reclamado para comparecimento à audiência de julgamento, assinale a opção correta, conforme a legislação processual trabalhista e a jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

- a) Presume-se que a notificação foi recebida quarenta e oito horas depois de sua postagem.
- b) Como regra geral, a notificação não pode ser realizada em registro postal com franquia.
- c) A notificação deve ser recebida pessoalmente pelo reclamado, por constituir ato pessoal.
- d) A entrega da notificação compete exclusivamente ao oficial de justiça.

Conheça nossos cursos:

[Curso para a 1ª fase:](#)

<http://bit.ly/Cursos-para-a-1ª-fase>

Conheça nosso Sistema de Questões!

[ASSINE: Estratégia Questões:](#)

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>



Estratégia
OAB